



Câmara Municipal de  
**PALMEIRA**



**CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**EMENDA SUPRESSIVA AO PLC Nº 49/2024**  
**PROTOCOLO Nº 782/2024**  
**DATA: 11/10/2024**

*mb*

## **EMENDASUPRESSIVA nº 01**

### **AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 49/2024**

**Suprime o parágrafo 1º do artigo 13 e o artigo 14 do Projeto de Lei Complementar nº 49/2024.**

**Art. 1º** Fica suprimido o parágrafo 1º do artigo 13, e o artigo 14 do Projeto de Lei Complementar nº 49/2024.

**Art. 2º** As demais disposições do Projeto de Lei Complementar nº 49/2024 permanecem inalteradas.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira,  
Estado do Paraná, em 10 de outubro de 2024.

**EGON KRAMBECK**

Presidente da Comissão de  
Constituição, Legislação, Justiça e Redação

### **JUSTIFICATIVA**

O art. 14 do Projeto de Lei Complementar nº 49/2024 disciplina forma de eventual pagamento no caso de necessidade de desapropriação para alargamento de estradas municipais, determinando que lançamento do custo do alargamento se dê como contribuição de melhoria, a ser pago pelo proprietário da área.

Entendemos, no caso específico, que ao Poder Executivo falta competência legislativa para tal, posto que o art. 22, II da Constituição Federal dispõe que compete privativamente a União legislar sobre desapropriação:

**Art. 22.** Compete privativamente à União legislar sobre:

- I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
- II - desapropriação;

Prevalece pois, a rigorosa observância da Lei Federal para as desapropriações, que é o **DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941, que dispõe sobre as desapropriações por utilidade pública.**

Este Decreto inclusive, em seu art. 10<sup>a</sup>, explicita a forma como dever ser a indenização ao proprietário pela desapropriação:

Art. 10-A. O poder público deverá notificar o proprietário e apresentar-lhe oferta de indenização.

§ 1º A notificação de que trata o **caput** deste artigo conterá:

- I - cópia do ato de declaração de utilidade pública;
- II - planta ou descrição dos bens e suas confrontações;
- III - valor da oferta;
- IV - informação de que o prazo para aceitar ou rejeitar a oferta é de 15 (quinze) dias e de que o silêncio será considerado rejeição;
- V - (VETADO).

§ 2º Aceita a oferta e realizado o pagamento, será lavrado acordo, o qual será título hábil para a transcrição no registro de imóveis.


§ 3º Rejeitada a oferta, ou transcorrido o prazo sem manifestação, o poder público procederá na forma dos artigos 11 e seguintes deste Decreto-Lei.

Assim, tendo em vista a questão da competência privativa da União para legislar a respeito da desapropriação, é que apresentamos a presente EMENDA SUPRESSIVA, a fim de adequar o texto a nossa Lei Maior, que é a Constituição Federal.

Quanto à supressão do parágrafo 1º do artigo 13, que trás a competência ao proprietário de áreas marginais às estrada municipais de proceder a roçada da faixa de domínio, o que entendemos não ser correto essa obrigação, sendo a mesma do próprio município realizar esse procedimento.

Pelo exposto, solicito aos nobres vereadores o estudo, a discussão e a aprovação da presente proposição.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira,  
Estado do Paraná, em 10 de outubro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 **EGON KRAMBECK**  
Data: 11/10/2024 07:40:56 -0300  
Verifique em <https://validar.ri.gov.br>

**EGON KRAMBECK**  
Presidente da Comissão de  
Constituição, Legislação, Justiça e Redação